

FH diz que vence de novo

■ E afirma que próximo presidente será quem ele apoiar e aconselhou aliados a defenderem o governo nas eleições municipais

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, anunciou que lançará até março próximo um plano do governo para a área social, e reforçou a absoluta necessidade das reformas administrativa e previdenciária para solucionar o agudo problema fiscal. O presidente manifestou, ainda, a confiança de que vai vencer as próximas eleições presidenciais. "Vamos ganhar de novo. Não eu, mas quem eu apoiar".

Aos partidos políticos aliados Fernando Henrique fez um apelo: "almocei com o PMDB porque preciso do PMDB. Como eu preciso do PFL, do PTB...". E deixou um conselho para os aliados ganharem as eleições municipais deste ano: "que defendam com energia o que o governo vem fazendo".

A oposição, fez algumas críticas: "tem partidos, alguns setores de partidos, que não querem fazer a reforma (da previdência social) não estão com aquela preocupação com o trabalhador nem com o interesse público".

Na área econômica, o balanço é positivo. A inflação despencou, o poder aquisitivo da população mais pobre aumentou e o país, garantiu o presidente, cresceu e continuará crescendo.

Na exposição que antecedeu a entrevista, Fernando Henrique fez uma avaliação do primeiro ano de governo e dos desafios que tem para este ano: "equilibrar as contas públicas, reduzir o custo da produção e prosseguir na reforma do estado". Foram estes os principais trechos da entrevista:

Reforma ministerial - "quantas vezes recusei a hipótese de mudança do ministério? Não se melhoram as coisas mudando a toda hora". Disse que não aceita a fritura de ministros e que é importante para o país não só a estabilidade econômica, mas também a estabilidade política.

Juros - as taxas de juros caíram, estão caindo e provavelmente vão continuar caindo. "Digo provavelmente porque a política monetária não é alguma coisa que se faça independentemente das circunstâncias. E eu repito: o governo não terá nenhum receio, se for necessário, de adotar as medidas necessárias. Se for, nós faremos porque temos responsabilidade histórica e não apenas com os que gritam momentaneamente". Reconheceu, contudo, que os bancos não estão reduzindo os juros na mesma velocidade com que estão caído as taxas no over/Selic (as taxas das operações do mercado aberto, de venda de títulos públicos).

Déficit público - o presidente mostrou que o país amargou, em 95, uma carga tributária da ordem de 30,1% do PIB, e ainda assim teve déficit nas contas do setor público. A origem desse desequilíbrio, sustentou, vem das despesas com pessoal ativo e inativo e não das taxas de juros. Enquanto a conta de pessoal e encargos foi de R\$ 36 bilhões (na verdade, dados do tesouro nacional indicam R\$ 38,5 bilhões a preços de dezembro último), a Previdência gastou R\$ 32,9 bilhões e os juros, R\$ 11,9 bilhões. Razão pela qual as reformas previdenciária e a administrativa são inadiáveis.

Reforma tributária - "e nós precisamos também da reforma tributária para desonerar o investimento, a produção agrícola e as exportações". No texto que distribuiu antes da entrevista, o presidente menciona ainda a intenção de reduzir o PIS e o IOF para os empréstimos e baixar a zero a tarifa para importação de máquinas.

Rio São Francisco - dentre da lista de projetos já iniciados na área de irrigação, o presidente informou que pediu "que se tome a sério e que se reestude a questão da transposição das águas do rio São Francisco".

Área social - o presidente diz que atendeu em 95 a área social "sem demagogia nem clientelismo". Anunciou que entre fevereiro e março apresentará ao país um amplo programa nessa área.

Saúde - os gastos em saúde mais que duplicaram no ano passado frente aos R\$ 7 bilhões de 94. Foram destinados R\$ 15 bilhões ao ministério da Saúde em 95. Dobrou, mas ainda é insuficiente, garantiu o presidente, citando que na França, país com metade da população do Brasil, o orçamento da área de saúde consome US\$ 100 bilhões. Elogiou o trabalho do ministro Adib Jatene e disse que o apoia na luta pela aprovação da CMF.

Desemprego - a questão preocupa. Fernando Henrique reiterou que o governo prepara a redução dos encargos sociais sobre a folha de pagamento das empresas para estimular a geração de empregos, mas recomendou que se olhe os dados com certa cautela, porque se o desemprego aumentou na indústria, a oferta de emprego cresceu na área de serviços e na agricultura.

Indústria - há problemas, mas não se pode dizer que de maneira generalizada. "No ano passado, enquanto se dizia que a indústria não estava crescendo, cresceu em relação a 94", disse. Os juros estão em queda e o BNDES que, está com R\$ 1 bilhão para emprestar, por mês, ao setor industrial.

Agricultura - o presidente disse que haverá uma recomposição da renda agrícola este ano da ordem de 19% e salientou que a queda da área plantada não será superior a 7%.

Salários - o presidente não se comprometeu com aumento real do salário mínimo em maio próximo nem com o reajuste do salário do funcionalismo público neste mês, que é a data-base. Apenas mostrou o quanto aumentou a folha de pagamento do Tesouro Nacional.

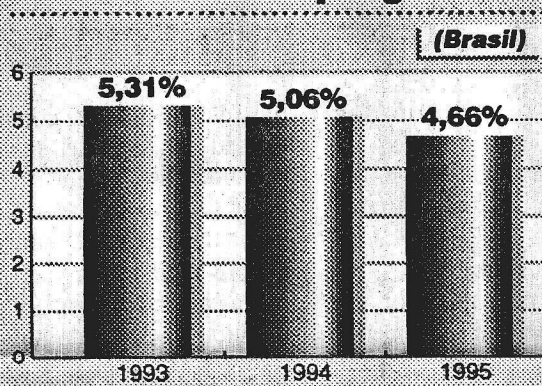
Previdência - Fernando Henrique considerou o acordo com as centrais sindicais, para a reforma da previdência, "positivo" e condenou os que o consideraram "pífio". Disse: "quem definiu como pífio provavelmente nunca leu a proposta" e ressaltou que não adianta fazer uma reforma mais profunda "sem a sustentação da sociedade".



Durante a coletiva, Fernando Henrique esbanjou bom humor e enumerou os pontos positivos de seu governo

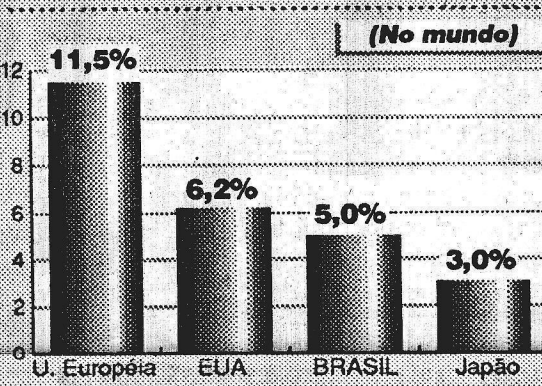
OS NÚMEROS DO OTIMISMO

Taxa de desemprego



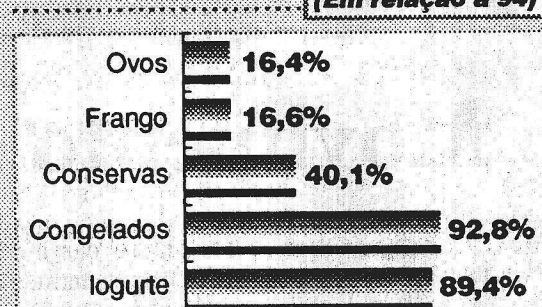
Fonte: IBGE

Taxa de desemprego



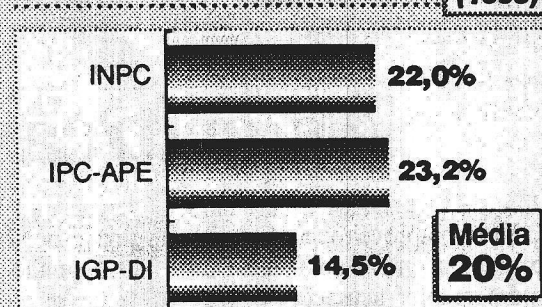
Fonte: OCDE/IBGE

Aumento do consumo de alimentos



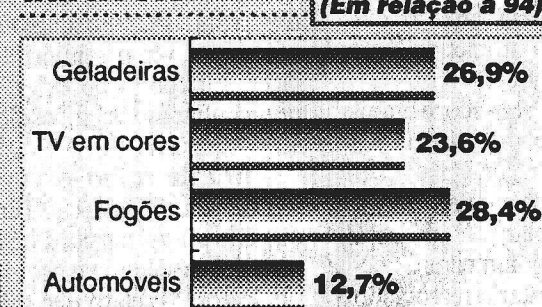
Fonte: AE/Nielsen

Inflação Principais índices



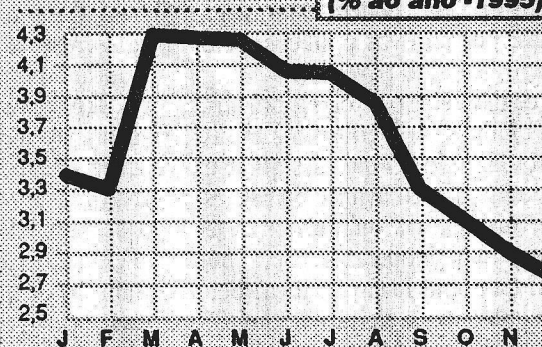
Fonte: IBGE/FIPE/FGV

Aumento de venda de bens duráveis



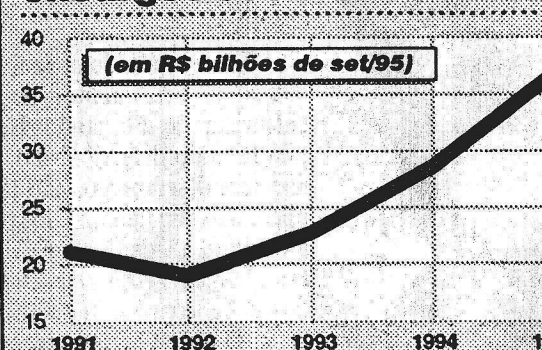
Fonte: Anlvea/Elektros

Taxas de juros SELIC



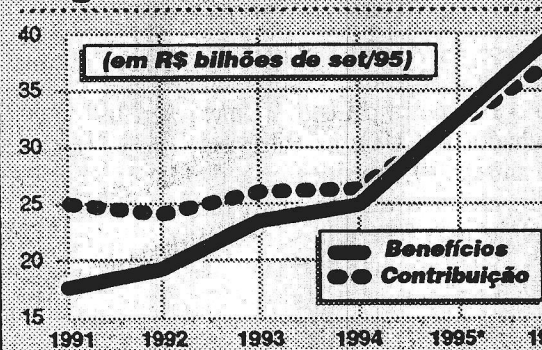
Fonte: BACEN

Despesas com pessoal e encargos sociais



Fonte: MF/SPE

Contribuição do INSS x Pagamento de benefícios



Fonte: MF/SPE

Carga tributária

(em % do PIB corrente)

Ano	União	Estados	Municípios	Total
1986	16,7	5,1	0,6	22,4
1987	15,3	4,4	0,6	20,3
1988	14,9	4,5	0,6	20,0
1989	14,7	6,9	0,6	22,2
1990	19,9	8,8	0,8	29,5
1991	16,1	7,0	0,6	23,7
1992	17,0	7,2	1,0	25,2
1993	17,6	6,4	0,9	24,8
1994	19,5	7,5	1,3	28,3
1995	20,7	7,8	1,6	30,1

Fonte: MF/SPE

□ Fernando Henrique exibiu um discurso otimista para a área econômica: "A inflação despencou, o poder aquisitivo da população mais pobre aumentou e o país cresceu e continuará crescendo". A meta do governo para 96, segundo o presidente, é equilibrar as contas públicas, reduzir o custo da produção e prosseguir na reforma do estado. Os únicos números negativos foram os da carga tributária. Em 95, o país amargou uma carga de 30,1% do PIB e ainda assim teve déficit nas contas do setor público. Para Fernando Henrique, a origem desse desequilíbrio vem das despesas com pessoal, ativo e inativo, e não das taxas de juros.